



CONSELHO ADMINISTRATIVO FUNSERV

Mandato 2020/2024

Exercício 2021

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REFERÊNCIA SETEMBRO/2021 DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DA FUNDAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SOROCABA-FUNSERV

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, realizou-se, em caráter excepcional, devido ao Estado de Calamidade decretado no Município de Sorocaba (Decreto nº 25663/20), face à pandemia do COVID-19, reunião do Conselho Administrativo de modo não presencial, através da plataforma denominada *Google Meet*. Em atenção à convocação do Presidente do Conselho, bem como à Resolução FUNSERV nº 001/2021, que dispôs sobre o calendário das reuniões ordinárias do Conselho Administrativo para 2021, em primeira chamada às 18h00 e em segunda chamada às 18h15, deu-se início à reunião, onde deliberaram sobre o que segue: SEÇÃO – I: FASE DE EXPEDIENTE (art. 17 da Lei Municipal nº 4169/1993): A) Verificação de quórum: iniciando a reunião, dada a ausência do Presidente do Conselho, Sr. Fábio Salun Silva, assumiu sua presidência “ad hoc” a conselheira Sra. Ana Paula Favero Sakano. Ela passou a conduzir a pauta, após abertura oficial, verificação de quórum e saudação. Os membros Anésia de Moraes Rosa, Carlos Eduardo Barbosa João e Luiz César Domingues Moraes Sobrinho justificaram, previamente, a ausência à reunião. Alguns conselheiros apresentaram dificuldades de conexão, inclusive por estarem a trabalho remotamente ou em locais externos, pelo que, a listagem de presença está flexibilizada neste período de pandemia. Quórum verificado para dar início à reunião, a presidente em exercício delegou ao Sr. Edgar as funções de secretário para a presente reunião. SEÇÃO – II: FASE DA ORDEM DO DIA: (arts. 18 e seguintes da Lei Municipal nº 4169/1993). ITEM 1– APROVAÇÃO DO PARECER/ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS: A Sra. Ana Paula informou que foi enviado na tarde do dia 24/09/2021, via e-mail, aos membros do Conselho Administrativo, as atas e o parecer do Comitê de Investimentos, decorrente da reunião realizada pelo referido Comitê em 20/09/2021 e indagou, aos membros do Conselho, se todos haviam recebido o material, lido e se havia alguma dúvida acerca de seu conteúdo. Em seguida, o Sr. Edgar entendeu pertinente destacar alguns pontos tratados naquela reunião e que constam no material encaminhado. A respeito dos recursos da Previdência, informou que, ao final de Agosto/21, o valor dos recursos aplicados totalizou R\$1.964.849.412,77. Deste valor, os recursos alocados em renda fixa totalizaram R\$1.232.946.652,12, o que representou 62,75% do total de recursos e, neste segmento, a rentabilidade foi de -0,41% no mês, com retorno negativo de -R\$5.127.886,36 no período. No segmento de renda variável, o montante acumulado ao final do mês foi de R\$614.193.982,12, o que representou 31,26% e, neste segmento, a rentabilidade foi de -0,92%, com retorno negativo de -R\$5.699.159,04. Comentou que a rentabilidade negativa na renda variável, em -0,92%, foi muito afetada pela rentabilidade de fundos atrelados ao mercado interno, contudo, em função da aplicação de parte dos recursos em fundos que buscam refletir a performance do índice S&P500, o qual teve retorno positivo no mês, a rentabilidade neste segmento foi bem acima do Ibovespa, que fechou o mês de Agosto com queda de -2,48%. Informou ainda que, no segmento de investimento no exterior, o saldo foi de

R\$117.708.778,53, o que representou 5,99% do total de recursos e, neste segmento, a rentabilidade foi de 1,91% no mês, com retorno de R\$2.210.860,45. Destacou que a rentabilidade positiva, no segmento de investimento no exterior, demonstra o comportamento diverso dos fundos de renda variável com exposição ao mercado interno e que tiveram rentabilidade negativa e, isto evidencia os benefícios da diversificação da carteira. Em seguida, informou que a rentabilidade total da carteira foi de -0,44%, com retorno negativo de -R\$8.616.184,95 e, com isto, ficou abaixo da meta de rentabilidade (meta atuarial), que foi de 1,34% para o mês. No acumulado do ano, a rentabilidade é de 0,81%, o que representa um pouco mais de 8,5% da meta de rentabilidade acumulada no ano, que foi de 9,48%. Ressaltou que, conforme constou na ata e parecer do Comitê de Investimentos, o cenário econômico continuou desafiador no mês de Agosto/2021, com maior volatilidade tanto dos fundos de renda fixa, como também de renda variável. Em seguida, o Sr. Edgar então apresentou as propostas do Comitê de Investimentos para aplicação e realocação dos recursos, da área de previdência, para o próximo mês: 1) A respeito dos recursos novos, que devem ingressar no mês de Outubro/2021, referente ao saldo remanescente das contribuições previdenciárias do Fundo Previdenciário, em torno de R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais) propõe que sejam aplicados no fundo Santander Global Equities Dólar Master Investimento no Exterior FI Multimercado – CNPJ: 17.804.792/0001-50; 2) Quanto aos recursos da compensação previdenciária (COMPREV), em torno de R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), propõe que sejam aplicados no fundo Santander Global Equities Dólar Master Investimento no Exterior FI Multimercado – CNPJ: 17.804.792/0001-50; 3) Propõe a migração de fundo de renda fixa para fundos de investimento no exterior, da seguinte forma: a) Resgate parcial no montante de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) do fundo Caixa Brasil Gestão Estratégica FIC Renda Fixa – CNPJ: 23.215.097/0001-55, b) Aplicação de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) no fundo BB Global Select Equity IE FI Multimercado – CNPJ: 17.413.636/0001-68, e; c) Aplicação de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) no fundo Caixa Multigestor Global Equities IE FIC Multimercado – CNPJ: 39.528.038/0001-77; 4) Propõe a migração de recursos entre fundo de renda fixa e fundos de renda variável, da seguinte forma: a) Resgate parcial, no montante de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) do fundo Caixa Brasil Gestão Estratégica FIC Renda Fixa – CNPJ: 23.215.097/0001-55; b) Aplicação de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) no fundo BB Ações Bolsa Americana FI Ações – CNPJ: 36.178.569/0001-99; c) Aplicação de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) no fundo Caixa Brasil Ações Livre Quantitativo FIC Ações – CNPJ: 30.068.169/0001-44, e; d) Aplicação de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) no fundo BB Quantitativo FIC Ações – CNPJ: 07.882.792/0001-14, e; 5) Propõe que os rendimentos pagos mensalmente pelo fundo imobiliário Caixa Rio Bravo Fundo de Fundos FII - CXRI11 - CNPJ: 17.098.794/0001-70 sejam aplicados do mês de Outubro até Dezembro de 2021, no fundo Caixa Brasil Ativa FIC Renda Fixa LP – CNPJ: 35.536.532/0001-22. Informou que, caso as propostas sejam aprovadas, com tais operações, a carteira passaria a ter 59,75% em renda fixa, 32,40% em renda variável e 7,85% em investimentos no exterior, obedecendo aos limites legais impostos e à política de investimentos. Após a apresentação das propostas, a Sra. Ana Paula indagou aos membros do Conselho se havia alguma dúvida. O Sr. Marcelo Stefani informou que vem acompanhando as notícias a respeito da situação financeira da uma incorporadora chinesa, que tem observado que tal fato pode implicar um aumento na taxa de juros americana e, posteriormente, na taxa de juros básica do Brasil e indagou se estes fatores também refletiram no resultado do mês de agosto ou se refletirão nos dados referentes ao mês de setembro. O Sr. Edgar esclareceu, a respeito deste assunto, que se trata da incorporadora Evergrande, a segunda maior do ramo chinês. Informou que, no dia 20/09/2021, foi noticiado o risco de que ela não pudesse honrar

com seus compromissos financeiros. Isto, de fato, influenciou o mercado global naquele dia, inclusive, o principal índice da bolsa brasileira, o Ibovespa, caiu mais de 2%. Ressaltou que o mercado financeiro é muito baseado em expectativas e, com notícias como esta, que indicam maior risco, projeta-se uma expectativa de crise econômica. Contudo, dias depois, as notícias foram mais brandas e, atualmente, projetam-se cenários para evitar uma crise econômica global decorrente deste fato. Destaca que os comparativos com a crise de 2008, nos Estados Unidos, decorrente também de problemas relacionados aos imóveis, não pode ser equiparada ao presente caso, pois a realidade Chinesa, sua cultura, sociedade, política, diferem muito da ocidental. Como exemplo, citou a fala do líder do governo chinês, Xi Jinping, de que “casas são feitas para serem habitadas, não para especulação” e, conforme noticiado pela mídia, a atividade privada chinesa é bastante impactada pelas decisões de governo. Destacou que está acompanhando este caso e, havendo necessidade de adoção de alguma medida, o Comitê irá com cautela, analisar e propor as medidas mais pertinentes. A Sra. Ana Paula comentou sua preocupação com os mercados globais, especialmente, no segmento de construção civil, pois crises em empresas do ramo de incorporação impactam diretamente toda a cadeia produtiva. Assim, existe o risco de prejuízo para a economia global. O Sr. Marcelo comentou que o Brasil é um grande parceiro comercial da China e se preocupa com as empresas brasileiras, que são beneficiadas com as exportações, visto que tal fato pode impactá-las diretamente. O Sr. Edgar informou que está acompanhando este caso e, inclusive, os impactos dela decorrentes no mercado interno e também global. Em seguida, a Sra. Ana Paula indagou aos membros do Conselho se havia mais alguma dúvida ou esclarecimentos acerca das informações e propostas apresentadas pelo Sr. Edgar, não havendo manifestação. Em seguida, a Presidente, em exercício, encaminhou as propostas para votação, sendo aprovadas por unanimidade. Em continuidade, o Sr. Edgar apresentou as informações referentes à carteira de investimentos dos recursos da assistência à saúde. Informou que, ao final do mês de Agosto/2021, o volume total de recurso no Fundo Reserva da Assistência à Saúde era de R\$17.396.574,07 sendo R\$14.698.872,13 no segmento de renda fixa e R\$2.697.701,94 no segmento de renda variável. O retorno total da carteira foi de -R\$28.724,03 o que representou retorno negativo de -0,14%. Na renda fixa, o retorno foi de -R\$14.511,60 o que representou -0,08% e, na renda variável, o retorno foi de -R\$14.212,43 o que representou -0,52%. A rentabilidade total da carteira foi de -0,14%, abaixo da meta de rentabilidade (IPCA), que foi de 0,87%. A rentabilidade acumulada no ano foi de 2,39%, o que representa um pouco mais de 42% da meta de rentabilidade acumulada de 5,67%. O Sr. Edgar informou que, a respeito da carteira da assistência à saúde, não há proposta de realocação de recursos, visto que o Comitê entendeu pertinente a manutenção da carteira. A Sra. Ana Paula abriu a palavra aos membros do Conselho, não havendo manifestação.

ITEM 2 - ANÁLISE DAS CONTAS DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE: Em seguida, o Sr. José Antonio apresentou as informações de receitas e despesas da assistência à saúde, referentes ao mês de Agosto/2021. Esclareceu que, no mês, o total de receitas foi de R\$9.152.284,34 e, o total de despesas liquidadas, foi de R\$12.104.840,51. Dessa forma, o déficit mensal foi de -R\$2.952.556,17. Comentou que o aumento médio do custo médico-hospitalar foi de 25% durante o período da pandemia, contudo, entende que este aumento tende a estagnar-se, ou seja, não retornará aos patamares anteriores. Informou que a expectativa de aumento do salário dos servidores públicos, no próximo ano e, consequentemente, no repasse da assistência à saúde, possivelmente não seja suficiente para cobrir as despesas com a assistência à saúde. A Sra. Ana Paula comentou que o aumento nos custos médico-hospitalares é também um reflexo da alta do dólar, visto que muitos dos insumos da área de saúde são importados. O Sr. José Antonio comentou que a evolução da pandemia de coronavírus, inclusive com a variante delta, o aumento da inflação geral e a

inovação tecnológica são também fatores que impactaram o aumento nas despesas. A Sra. Ana Paula comentou que, historicamente, a variação do índice do custo médico-hospitalar é o triplo da variação da inflação medida pelo IPCA e, além disto, não se observa queda de preços. O Sr. José Antonio comentou que como as despesas não recuaram, com a tendência de estagnação e, com isto, conforme demonstrado, déficit mensal dos recursos, destacou a importância da contribuição sobre o 13º salário e, também, a expectativa de aumento aos servidores, contudo, tem receio de que não seja suficiente para manter o equilíbrio das contas. Entende pertinente a criação de um grupo de estudo para acompanhamento da assistência à saúde, com levantamento de dados, propostas de melhorias, enfim, um grupo conjunto entre o Conselho Administrativo e o Comitê Gestor da Saúde. Destacou que as medidas que vem sendo adotadas são aquelas que visam menor impacto aos servidores. O Dr. Setembrino, supervisor técnico da saúde, destacou que a recente medida de renegociação, com a redução no preço de medicamentos oncológicos deve impactar nos próximos meses. Entende que o repasse da contribuição sobre o 13º salário vai ajudar. O Sr. José Antonio comentou que o repasse do 13º deve ajudar a reduzir o déficit anual, mas não será o suficiente para cobri-lo. A Sra. Ana Paula comentou que, considerando que o déficit acumulado no ano está em mais de R\$19 milhões, a contribuição sobre 13º não cobre nem a metade deste valor. O Sr. José Antonio ressaltou que este repasse não vai cobrir, mas há expectativa acerca dos repasses após os reajustes no próximo ano. O conselheiro Sr. Pedro entende que, com a melhora na situação da pandemia, há a tendência de queda nas despesas. A Sra. Laíde informou que tem a expectativa de que haja redução. O Sr. José Antonio entende que haja estagnação dos custos. A Sra. Laíde entende que as despesas devem reduzir, ficando em torno de R\$10,5 milhões, entende pertinente analisar com calma. Informou que a redução no preço de medicamentos oncológicos foi implantada em 01/09/2021 e espera que isto colabore com a redução nos custos totais. O Sr. José Antonio destacou a importância do apoio dos membros do Conselho Administrativo e que também que os conselheiros ajudem a explicar aos demais servidores, colegas de trabalho, familiares, a importância da assistência à saúde e os desafios frente ao cenário de aumento das despesas. A Sra. Ana Paula entende ser uma tarefa árdua, mas necessária e que é importante conscientizar os servidores. Ressaltou que é relevante explicar que, embora sob a gestão da FUNSERV, a previdência e saúde são dois serviços distintos, com recursos segregados.

ITEM 3 – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: O Sr. José Antonio informou que a Dra. Silvana, Presidente da FUNSERV, assumiu o compromisso de minutar o projeto de lei e adequar à realidade de Sorocaba. Informou que a minuta do Projeto de Lei foi terminada na última sexta-feira e que foi encaminhada ao GT do Conselho e ao GT-RPC municipal. Solicitou, aos membros dos GTs, que todos analisassem a minuta e encaminhassem suas sugestões até a próxima quinta-feira (30/09). Ressaltou que o Regime de Previdência Complementar – RPC se aplicará aos servidores novos que vierem a ingressar no serviço público após vigência da Lei e que nada altera para os servidores atuais. A Sra. Ana Paula sugeriu que a minuta do Projeto de Lei também fosse encaminhada a todos os membros do Conselho Administrativo. O Sr. José Antonio agradeceu a sugestão e informou que encaminhará a todos.

ITEM 4 - PROJETO DE LEI Nº 326/2018 APROVADO PELA CÂMARA – O Sr. José Antonio comentou que o Projeto de lei nº 326/2018 foi aprovada na Câmara em sessão do dia 23.09. Esclareceu que o Projeto foi encaminhado pelo Executivo em 2018, tinha sido aprovado em 1ª discussão em 2019 e, na sessão citada, houve sua aprovação. A FUNSERV foi convidada a participar da sessão, não para defender o Projeto, mas como Órgão técnico para explicar em que alteraria o projeto de lei e os impactos aos recursos previdenciários. A Sra. Ana Paula indagou sobre o conteúdo do Projeto de Lei. O Sr. José Antonio então esclareceu que referido Projeto altera a Lei nº 8336/2007, especificamente, a respeito do cálculo do

déficit que deve ser repassado pelos Órgãos (Prefeitura e SAAE). Até então, para o Fundo Financeiro, que representa o plano de segurados que ingressaram no serviço público municipal, até 31/12/2007, como o valor das contribuições mensais, patronal e servidores, da Prefeitura e do SAAE, não são suficientes para cobrir as despesas com pagamento de aposentadorias, pensões e custos administrativos, há a necessidade de transferência de recursos para cobertura deste déficit. No caso da FUNSERV e da Câmara, as contribuições previdenciárias, patronal e servidores, é suficiente para cobrir os custos com pagamento de aposentadorias, pensões e custos administrativos, sendo superavitários e, o saldo, encaminhado para o Fundo de Reserva previdenciária. Com a mudança na lei, as contribuições patronais e servidores, de todos os Órgãos, ou seja, Prefeitura, SAAE, FUNSERV e Câmara, serão somados, utilizados para compor os recursos para pagamento dos benefícios previdenciários e, havendo insuficiência de recursos, caberá aos Órgãos deficitários, atualmente, a Prefeitura e o SAAE, a transferência proporcional de recursos para cobertura deste déficit. Portanto, haverá redução nos valores a serem repassados, por Prefeitura e SAAE, para cobertura do déficit ao Fundo Financeiro. A Sra. Ana Paula afirmou que, pelo que se recorda, quando o Projeto de Lei foi tratado anteriormente, os recursos superavitários, da FUNSERV e Câmara, somados, estavam em torno de R\$700 mil. O Sr. José Antonio informou que, atualmente, este recurso totaliza em torno de R\$900 mil. Esclareceu que, de acordo com o atuário, o impacto desta mudança deve retardar cerca de quatro meses no equilíbrio atuarial do Fundo Financeiro, previsto para o ano de 2041. A Sra. Ana Paula comentou então que pouco altera no período para equilíbrio. O Sr. José Antonio se colocou à disposição para sanar eventuais dúvidas, não havendo manifestação dos conselheiros.

ITEM 5 - ASSUNTOS GERAIS: A Sra. Ana Paula abriu a palavra aos membros do Conselho, para assuntos gerais. O Sr. José Antonio comentou que entre os dias 05 e 07 de outubro haverá o 17º Congresso Estadual de Previdência da APEPREM, em São José do Rio Preto/SP. O evento terá palestras e oficinas com temas relevantes para a FUNSERV, que enviará quatro membros para participação no evento. Destacou que a Sra. Silvana, Presidente da FUNSERV, foi convidada a compor a Diretoria da APEPREM, na função de Diretor Regional Central, da referida Associação. Ressaltou que a participação da FUNSERV na Diretoria da Associação é muito importante, assim como o relacionamento com os demais entidades de RPPS. A Sra. Ana Paula parabenizou pela representação da FUNSERV, como membro da APEPREM e afirmou que compor a quadro de Diretores da Associação é muito importante. Em seguida, a conselheira Sra. Marilda pediu a palavra, informando que foi questionada sobre o funcionamento do site da FUNSERV. A Sra. Ana Paula informou que, às vezes, as pessoas tem tentado utilizar o site da FUNSERV mas não tem conseguido e, assim, buscam contato por telefone, e também não conseguem. O Sr. José Antonio agradeceu as colaborações, disse que entende pertinente as exposições. Comentou que o site está em funcionamento, sendo detectado que muitos usuários, às vezes, não possuem familiaridade com o ambiente virtual, ou tem dificuldade de manipular a ferramenta, seja pelo smartphone ou computador. Destacou que a pandemia impôs uma nova realidade, havendo a necessidade de agendamento para atendimento presencial. Destacou que o Protocolo Online pelo site da FUNSERV é uma ferramenta que propicia aos beneficiários o atendimento sem custo, pois não precisam se deslocar até a FUNSERV. Contudo, não há intenção de extinguir o atendimento presencial, mas ampliar as forma de atendimento. Informou que, depois que o beneficiário se habitual a usar a ferramenta, não torna a usar o atendimento presencial, visto que é mais célere e menos dispendioso. A Sra. Ana Paula comentou que sabe da realidade da FUNSERV, que o telefone é muito demandado e, por isto, algumas vezes, pode estar ocupado, mas sugeriu que se insira uma mensagem eletrônica indicando que os ramais estão ocupados, pois no caso de ficar em chamada e não atende, tem

se a impressão de que ninguém esta atendendo ao telefone, o que não é realidade. O Sr. José Antonio informou que, recentemente, houve a alteração na tecnologia do serviço de telefonia, que entende pertinente as explicações, vai internalizar e buscar melhorias, a fim de garantir o melhor atendimento aos beneficiários. SEÇÃO III – ENCERRAMENTO: Após verificar que não existiam mais assuntos a serem tratados, a presidente deu encaminhamento ao encerramento da reunião, agradecendo a todos pela presença. Não havendo nada mais a tratar, encerraram-se os trabalhos às 19h30min, e para constar eu, Edgar Aparecido Ferreira da Silva, secretário designado, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, vai por mim assinada, e posteriormente publicada junto ao site da Funserv, ficando a próxima reunião ordinária agendada para 26 de outubro de 2021, conforme previsto na Resolução FUNSERV nº 01, de 15/01/2021.-----

Sorocaba, 27 de setembro de 2021.

Edgar Aparecido Ferreira da Silva
Secretário Designado

PRESENTES NA REUNIÃO:

| | |
|------------------------------------|--|
| Alexandre Junger de Freitas | Membro Titular |
| Ana Paula Favero Sakano | Membro Titular |
| Cilsa Regina Guedes Silva | Membro Titular |
| Edgar Aparecido Ferreira da Silva | Membro Titular – Gestor dos Recursos do RPPS |
| Edinaldo Souto Proença | Membro Titular |
| Gilmar Ezequiel de Souza Oliveira | Membro Titular |
| Jefferson Luis de Oliveira | Membro Titular |
| José Antonio de Oliveira Júnior | Membro Titular - Licenciado - Dir. Adm. e Financeiro |
| Marilda Aparecida Correa | Membro Titular |
| Marise de Souza Simão | Membro Titular – Controlador Interno da FUNSERV |
| Pedro de Oliveira Rosa | Membro Titular |
| Setembrino Ferraz Júnior | Membro Titular |
| Wanderlene Aparecida Lopes Mariano | Membro Titular |
| Gêmina Maria Pires | Membro Titular (Res. FUNSERV nº 04/2021) |
| Marcelo Stefani | Membro Titular (Res. FUNSERV nº 04/2021) |
| Osmir Antonio da Silva | Membro Suplente |
| Perla Reje Gutierrez Almenara | Membro Suplente |
| José Marcos Trindade | Membro Titular do Conselho Fiscal |
| Laíde Aparecida Trindade | Gestora Administrativa da Saúde |